

O PRIMEIRO PROJETO DE PESQUISA DO PPRER

The First PPRER'S Research Project

Alvaro de Oliveira Senra¹
Mário Luis de Souza²
Roberto Carlos da Silva Borges³

RESUMO: No primeiro semestre de 2012, professores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais (PPRER) do CEFET-RJ iniciaram seu primeiro projeto coletivo de pesquisa. Com previsão de se estender até o ano de 2015, este projeto intitula-se Estado, Política e Questões Étnico-raciais no Brasil Contemporâneo: o posicionamento dos intelectuais, o projeto propõe relacionar as políticas estabelecidas pelo Estado brasileiro de combate ao racismo ao preconceito e à discriminação racial, através do estabelecimento de legislação federal e ao contexto político e social vivido pelo País no seu processo de constituição como nação capitalista moderna. Com esse objetivo, será focalizada principalmente a posição adotada por intelectuais envolvidos com o debate sobre essas políticas, tornada pública através dos meios de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Políticas Públicas. Racismo e Anti-Racismo. Intelectuais.

ABSTRACT: On the first semester of 2012, teachers who were taking part in the Post-Graduation Program on Race and Ethnic Relations (PPRER) at CEFET-RJ commenced their first collective research project. Due in 2015, this project is named "State, Politics and Race and Ethnic Relations in Contemporary Brazil: the intellectuals' position". The aim of the project is to relate the policies established by the Brazilian State to the struggle against racism, prejudice and the racial discrimination, through the establishment of Federal Legislation, and the country's political and social contexts in its path towards becoming a modern capitalist nation. Based on such objective, it will be focused the position taken by intellectuals engaged in the debate on such policies. Such position was made visible via the media.

KEYWORDS: State. Public Policies. Racism and Anti-Racism. Intellectuals.

¹Doutor em Ciências Sociais. Professor da Coordenação de Ciências Sociais do CEFET-RJ e do PPRER
E-mail: alvarosenra@gmail.com

²Doutor em Educação. Professor da Coordenação de Ciências Sociais do CEFET-RJ e do PPRER
E-mail: maraols@uol.com.br

³Doutor em Estudos da Linguagem. Professor da Coordenação de Literatura do CEFET-RJ e Coordenador do PPRER
E-mail: borgesrcs@gmail.com

INTRODUÇÃO

O trajeto das reflexões e da pesquisa institucionalizada a respeito das relações étnico-raciais no CEFET/RJ teve início em 2007, com a criação do primeiro projeto PIBIT voltado para essa temática. Nesse mesmo ano, tivemos a criação do grupo de pesquisas "Afro-brasileiros: Discurso, Estudos Literários e Culturais".

No ano de 2008, por intermédio de portaria institucional aprovada e assinada pela Direção Geral do CEFET/RJ, foi criado o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros do CEFET/RJ (NEAB CEFET/RJ).

Como primeira ação de cunho acadêmico e social, o NEAB CEFET-RJ organizou, nos dias 29 e 30 de maio de 2008, o evento "O ano de 2008 e as relações étnico-raciais no Brasil". Durante esses dois dias, tivemos o privilégio de contar com a presença de quinze diferentes palestrantes, provenientes da Secretaria Estadual de Educação do RJ, da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu, das mais importantes universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, como UFRJ, UNIRIO, UFF, UERJ, UNICAMP, PUC-SP e, também, com pesquisadores de nossa própria instituição, que expuseram suas pesquisas e dialogaram com um público de 450 pessoas.

Iniciamos, ainda em 2008, a elaboração do projeto que deu origem ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu "Relações Étnico-raciais e Educação: Uma Proposta de (Re)Construção do Imaginário Social", que se encontra hoje em sua quarta edição. A grande procura por este lato sensu nos fez refletir a respeito da necessidade de ampliação da abrangência de seu escopo. Assim, em julho de 2010, encaminhamos à CAPES o projeto do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Relações Étnico-raciais, que foi aprovado sem restrições naquele mesmo ano e suas aulas tiveram início em setembro de 2011.

No primeiro semestre de 2012, professores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais (PPRER) do CEFET-RJ iniciaram seu primeiro projeto coletivo de pesquisa. Intitulado Estado, Política e Questões Étnico-raciais no Brasil Contemporâneo: o posicionamento dos intelectuais, o projeto propõe relacionar as políticas estabelecidas pelo Estado brasileiro de combate ao racismo ao preconceito e à discriminação racial, através do estabelecimento de legislação federal e ao contexto político e social vivido pelo País no seu processo de constituição como nação capitalista moderna. Com esse objetivo, será focalizada principalmente a posição adotada por intelectuais envolvidos com o debate sobre essas políticas, tornada pública através dos meios de comunicação.

O período previsto para duração da pesquisa é de quatro anos, estendendo-se até 2015. Seus participantes avaliarão seu desenvolvimento através de seminários anuais, em que se debaterão os avanços e os problemas resultantes da pesquisa. Por sua vez, seus resultados serão divulgados através da participação dos componentes da pesquisa em Encontros, Seminários e Congressos relacionados às Ciências Sociais, e da publicação de artigos em periódicos e livros.

Esta pesquisa toma, como ponto de partida, a constatação da existência no Brasil contemporâneo de questões étnico-raciais que afetam nossa sociedade, atingindo aqueles que, ao longo da nossa história social, mais sofreram com os efeitos da desigualdade, da pobreza e do não-reconhecimento cultural: os negros. Pretendemos, então, investigar/analisar fatos, situações e pensamentos que, direta ou indiretamente, dizem respeito às populações negras: sua condição social, as políticas necessárias para superar séculos de desigualdade, os

discursos relacionados às cotas, a representação de seres negros que façam parte do mundo real ou da ficção, religiosidade, cultura, educação e lazer.

A história da sociedade brasileira ao longo do século XX e dos primeiros anos do século XXI tem conhecido inegáveis e, em alguns casos, profundas transformações, que alteraram sua face original e resultaram em desdobramentos que permitiram moldar suas características atuais. Entre essas transformações estão o desenvolvimento de um amplo setor industrial, mudando as bases de sua economia e permitindo a existência de uma grande classe trabalhadora; o paralelo e acelerado processo de urbanização, tornando a sociedade mais dinâmica, complexa e exigente em suas demandas econômicas, sociais e culturais; a estruturação de representativos setores médios, que hoje constituem parcelas majoritárias da população; o declínio da Igreja católica e a crescente diversificação religiosa, além do aumento do número daqueles que não se identificam com nenhuma crença particular, rompendo a tradicional identidade entre catolicismo e nacionalidade. O Brasil contemporâneo, por fim, se tornou o palco da atuação de uma sociedade civil cada vez mais complexa, sofisticada e plural.

Contudo, essas transformações e incômodas permanências oriundas de épocas anteriores da história social brasileira coexistem, remetendo ao passado colonial e imperial e à sua estruturação agrária, latifundiária, patriarcal e escravista.

A resistência desses quadros de permanência e a capacidade dos setores sociais a eles vinculados de renovar seu discurso e perpetuar seus privilégios nos trazem a impressão de que passado e presente convivem dialeticamente, exemplificando problemas estruturais que a modernidade brasileira incorporou, não conseguindo resolver, ou, na melhor das hipóteses, resolvendo apenas parcialmente.

Pode-se citar entre esses problemas a “questão agrária”, representada pela permanência do latifúndio e matriz de inúmeros conflitos sociais envolvendo proprietários, trabalhadores, pequenos proprietários e membros de comunidades tradicionais: frequentes e amplamente divulgados, esses conflitos atingem, por vezes, características violentas; as profundas desigualdades sociais e regionais, origem de preconceitos e conflitos que explodem em períodos de maior tensão, como nas campanhas eleitorais e na divisão da riqueza oriunda do Estado federal; as profundas desigualdades educacionais, resultantes e perpetuadoras de concepções sociais extremamente elitistas; por fim, temática central da pesquisa aqui proposta, a questão étnico-racial, por décadas sublimada e hoje geradora de debates e impasses sobre a natureza das políticas públicas necessárias à sua resolução;

As questões acima apontadas não são estanques, embora cada uma delas possua origens históricas e especificidades. A título de exemplo, no início da década de 1990, quando as condições políticas permitiram a intensificação das lutas pela igualdade racial, os níveis de analfabetismo no Brasil eram calculados em 19%, sendo estimados em 11,88% nas populações de cor branca com mais de 15 anos, atingindo 28,26% nas populações definidas como de cor preta e parda, no mesmo grupo de idade. Esses dados mostram uma evidente coincidência entre duas “questões” citadas acima, a racial e a educacional. (Bomeny, 2001, p. 115).

A continuidade dessas “questões” e das desigualdades a elas relacionadas não significa que diversos segmentos da sociedade brasileira não se sensibilizaram e se mobilizaram no sentido de sua superação. Ao contrário, a história social do país acumula, desde seu nascimento no período colonial, um ativo de resistência, principalmente das classes

e setores sociais subalternos, que não deu tréguas à desigualdade e às injustiças; que abarcou desde formas extremamente violentas de luta até o uso de estratégias legais e pacíficas de contestação; que formou grandes movimentos coletivos e se utilizou de atos individuais; que incorporou aos seus instrumentos práticas simbólicas como a religião e a arte; que soube enfrentar e, também, negociar acordos com o Estado e os setores dirigentes.

No contexto de complexificação da sociedade brasileira, observado com as grandes transformações econômicas, sociais e políticas que se verificam desde as décadas intermediárias do século XX, as lutas sociais incorporaram, às visões de mundo e às formas de luta tradicionais, elementos de crescente politização e refizeram alianças políticas e vínculos sociais, decorrência do terreno crescentemente urbano em que passaram a se dar.

A luta pela dignidade e pela liberdade se relaciona, crescentemente, com a mobilização pela defesa dos direitos de cidadania. Além dos direitos políticos clássicos, como a liberdade e a igualdade civil (que somente conseguiram se implantar formalmente no Brasil, de forma tardia, com o fim da escravidão, sem garantir aos negros uma igualdade de fato), a luta pela ampliação dos direitos sociais, consagrada pela legislação e garantida pelas políticas sociais, tem concentrado os esforços dos movimentos sociais no contexto da modernidade liberal.

No Brasil, assim como em outras nações que conheceram a colonização, o racismo e a exclusão de segmentos inteiros da população dos direitos sociais básicos, o corte horizontal das relações de classe convive historicamente com outro, vertical, representado pela origem plural da população brasileira, sendo conferidos pesos distintos no acesso à riqueza, à cultura formal e ao poder, nos quais foram privilegiados os descendentes de europeus. Na medida em que se tornou visível que o acesso à cidadania social garantido pela legislação voltada para os trabalhadores e a possibilidade de ascensão social encontravam barreiras de natureza racial (e não somente social), adquiriu-se uma consciência crescente da necessidade de formulação de leis e de implantação de políticas sociais específicas, voltadas para as populações negras.

A partir das últimas décadas do século XX, coincidindo aproximadamente com os cem anos do fim oficial da escravidão, e relacionando-se ao contexto democrático posterior ao fim do Regime Militar (1985), a formulação e implementação de diversas políticas públicas de inserção social/cultural/econômica das populações negras, assim como a exigência legal de respeito à diversidade, tem propiciado a configuração de um quadro bastante novo em nossa sociedade, cuja concretização já pode ser observada em pesquisas diversas. O cidadão afrodescendente, ocupante de um espaço historicamente destinado a europeus e a seus descendentes, tem tido possibilidades de ascensão social e de inserção na educação formal dificilmente observadas há apenas poucas décadas, quando as possibilidades de destaque praticamente se limitavam a áreas como o esporte e as artes, e para alguns indivíduos dotados de grande talento. Essas possibilidades coletivas constituem uma novidade histórico-social: seus desdobramentos e a resistência que elas enfrentam solicitam a elaboração de pesquisas acadêmicas que busquem compreendê-las e difundi-las.

O PERÍODO TEMPORAL ABARCADO PELA PESQUISA

A delimitação cronológica a ser abrangida por esta pesquisa coincide com as grandes mudanças que o Brasil vivenciou após as primeiras décadas do século XX, quando a ação do Estado sustentou o processo de desenvolvimento capitalista, acelerou o processo de

urbanização, com grandes consequências para a configuração social, a vida política e cultural e as próprias necessidades da população brasileira.

Esses esforços de modernização, observados desde a década de 1930, conjugaram as continuidades e as rupturas que assinalam a passagem de uma condição essencialmente rural para uma sociedade crescentemente urbana e industrializada. A natureza conservadora da modernização brasileira não permitiu uma transformação social profunda: a manutenção da grande propriedade territorial e a criação de obstáculos à democratização da terra, a negação aos trabalhadores rurais dos direitos trabalhistas e o papel desempenhado pelo Estado como organizador e controlador do sindicalismo urbano demonstram a natureza autoritária em relação aos setores sociais subalternos.

No entanto, os limites impostos não diminuem a dimensão estrutural das mudanças vividas pelo Brasil. Elas podem ser percebidas na necessidade sentida pelo Estado de obter consenso para suas políticas, que dependeram crescentemente do sufrágio do eleitorado urbano em constante crescimento.

A dimensão estrutural das mudanças também pode ser percebida na necessidade de o Estado brasileiro obter consenso através da implementação de políticas sociais. A incorporação de parcelas crescentes da população aos direitos políticos e sociais e às oportunidades econômicas exigiu do Estado uma intervenção muito mais decisiva no campo da educação, exemplificada não somente na expansão do ensino regular em todos os ramos e níveis de ensino, assim como na promoção de formação profissional e técnica adequada às exigências da industrialização, na promoção do ensino supletivo e da alfabetização de adultos.

A incorporação ao processo de segmentos subalternos da população se tornava cada vez mais necessária, mesmo que de forma limitada. A legislação social voltada aos trabalhadores urbanos exemplifica essa preocupação. Em 1951, no contexto democrático que se seguiu ao fim do Estado Novo, foi aprovada a Lei Afonso Arinos (Lei 1390/1951), tornando contravenção a discriminação racial no Brasil. À margem da discussão sobre os seus limites e seus resultados concretos, o fato é que o Brasil contemporâneo conhece a incorporação da questão das desigualdades raciais à temática de suas políticas sociais, desdobramento do reconhecimento de que essas desigualdades existem, não serão superadas com a repressão e constituem em entrave ao desenvolvimento da nação.

O processo de modernização, iniciado nas décadas intermediárias do século XX, se estende até a atualidade, formatando um Brasil urbano, plural em suas convicções e manifestações, capaz de incorporar grandes segmentos sociais aos direitos de cidadania e às necessidades da vida moderna.

No entanto, na própria necessidade de estabelecimento de políticas públicas de combate ao racismo, de ações afirmativas, de mobilizações sociais e, ao mesmo tempo, na resistência a essas políticas demonstrada por significativos setores, com voz no Parlamento, nos meios de comunicação e na sociedade civil, revela-se a existência de fortes tensões no interior da sociedade.

A pesquisa abarcará, portanto, a História recente do país, sobretudo nas duas últimas décadas, quando se desencadearam um conjunto de transformações na legislação antirracista e na promoção de políticas afirmativas à população negra por parte do Estado brasileiro.

OS OBJETIVOS E A FUNDAMENAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA

O projeto Estado, Política e Questões Étnico-raciais no Brasil Contemporâneo: o posicionamento dos intelectuais é referenciado na hipótese de que a questão das desigualdades raciais no Brasil, mesmo possuindo especificidades na forma como se constituiu e se perpetua, terá seus limites de compreensão e superação bastante ampliados se relacionada ao próprio processo de constituição do Brasil enquanto sociedade moderna, na forma como esta sociedade busca superar o seu passado agrário e escravista e como enfrenta na atualidade os problemas oriundos desse passado.

Nesse sentido, as temáticas abordadas pelo projeto estarão em diálogo com as Ciências Sociais e com os Estudos da Linguagem. Estabelecem-se, como objetivos iniciais:

- 1 – A abordagem e análise da documentação oficial vinculada às políticas públicas do Estado brasileiro relacionadas ao preconceito, à discriminação racial e ao racismo;
- 2 – A contextualização dos debates, enfrentamentos e acordos para a feitura da legislação;
- 3 – O debate e a abordagem desta temática, em seus momentos de maior tensão, na sociedade civil: mídias, intelectuais, partidos políticos. O corte transversal envolvendo as temáticas raça e classe social será privilegiado.
- 4 – A análise do discurso a respeito das questões étnico-raciais produzido pelos diversos veículos midiáticos, principalmente a representação identitária e/ou o apagamento do ser negro nas manifestações da mídia contemporânea.

Articulando esses objetivos, a pesquisa centrará o posicionamento adotado, diante da sociedade, pelos intelectuais mobilizados pelas questões étnico-raciais, seja como formuladores de um discurso legitimador das reivindicações dos movimentos sociais e/ou contidas na legislação, seja como críticos desses movimentos e dessa legislação.

A discussão acerca das desigualdades raciais pertence ao debate da modernidade: esta, em suas formas políticas mais difundidas e debatidas, de natureza liberal ou socialista, centra sua reflexão em momentos que não admitem, pelo menos em princípio, a existência dessas desigualdades: seja o privilégio dado à liberdade, no pensamento liberal, que compreende a igualdade civil, seja a ênfase na luta pela igualdade social, característica do pensamento de esquerda (que inclui o socialismo), percebem as desigualdades raciais como uma incômoda herança de períodos anteriores da História, caracterizados pelo obscurantismo e pelos privilégios.

Não é por acaso que os movimentos políticos contemporâneos que admitem a existência de desigualdades de origem racial, como o fascismo e o nazismo, o fazem em forte reação contra as correntes hegemônicas da modernidade, partindo do princípio da negação da igualdade entre os homens.

Ao mesmo tempo, os movimentos políticos e intelectuais inerentes à modernidade tiveram muita dificuldade de lidar com incômodos como os processos coloniais e a dicotomia deles resultante, de igualdade nas metrópoles e desigualdade nas colônias e a necessidade de explicar a permanência do racismo.

No caso brasileiro, onde a escravidão foi parte constitutiva e estruturante da sociedade em seus períodos colonial e pós-colonial, o processo de modernização econômica e social se mostrou (e tem se mostrado) extremamente lento e penoso quanto à superação das desigualdades oriundas do passado.

As Ciências Sociais proporcionam uma reflexão acerca dos esforços de modernização empreendidos por Estados cuja estruturação política foi traçada através da conciliação entre interesses de frações vinculadas ao mundo agrário e outras, mais “modernas”, representantes de um capitalismo urbano em ascensão. Esses processos resultaram em Estados que, sem deixar de perseguir os objetivos de modernização econômica pela via da industrialização, mantiveram elementos extremamente conservadores quanto às formas político-institucionais adotadas e preservaram os privilégios dos setores tradicionais rurais, que por sua vez conservaram posições estratégicas no interior do Estado e na vida econômico-social, através, por exemplo, de representação desproporcionalmente grande no parlamento ou da criação de obstáculos à democratização da terra.

Embora os diferentes espaços ocupados pelo Estado e pela sociedade civil tenham uma face coletiva e impessoal, é inegável o papel desempenhado por indivíduos, dirigentes e/ou intelectuais que podem agir como porta-vozes de posições oficiais, ou então como frações que atuam internamente, ou expõem publicamente suas ideias, que não são, necessariamente, as mesmas adotadas oficialmente na ação coletiva. O discurso desses indivíduos desnuda suas preocupações e intenções políticas, e media a relação entre a sua condição individual, os sujeitos políticos a que se vinculam e o público a que se dirigem.

Deve ser reiterado que o discurso toca diretamente em questões ligadas a sua produção (as circunstâncias que a envolvem), como também em atividades de um sujeito, cuja identidade psicológica e social o leva a se inscrever em contextos históricos determinados.

Nesse sentido, embora os movimentos sociais sustentem práticas sociais que são, de forma geral, coletivas, sua constituição, organização e consistência dependem da adesão de indivíduos, que podem agir como elementos de elaboração e coesão dessas práticas, ou então como contraponto, agindo internamente, ou externando suas críticas.

Se as primeiras décadas do século XX observam um intenso debate sobre a natureza da identidade nacional brasileira, demonstrando grande incômodo com a presença da população negra e com o intenso processo de mestiçagem, no Brasil crescentemente urbano e industrial acrescentou-se outra grande questão: a incorporação das populações negras e mestiças ao processo de constituição da sociedade liberal e os obstáculos que estas populações enfrentam para ascender socialmente no contexto de um mundo em que a igualdade civil e os direitos sociais se consagraram.

Em meados do século XX, Florestan Fernandes percebia, para além da escravidão, a dificuldade de incorporação à vida social dos negros no duro e penoso processo pós-escravista:

De outro lado, a formação e a consolidação do regime de classes não seguiram um caminho que beneficiasse a reabsorção gradual do ex-agente do trabalho escravo. A ordem social competitiva emergiu e se expandiu, compactamente, como um autêntico e fechado mundo dos brancos (Fernandes, 2008B, p.568).

Ainda, segundo o mesmo autor,

O desenvolvimento da ordem social competitiva encontrou um obstáculo, está sendo barrado e sofre deformações

estruturais na esfera das relações raciais. Desse ponto de vista, a correção de semelhante anomalia não interessa, primária e exclusivamente, aos agentes do drama, inclusive o que é prejudicado de modo direto e irremediável. Ela constitui algo de interesse primordial para o próprio equilíbrio do sistema, ou seja, para a normalidade do funcionamento e do desenvolvimento da ordem social como um todo. (Fernandes, 2008b, p. 573)

Para o grande pensador social brasileiro, a própria ordem capitalista liberal no Brasil padece de uma anomalia de grandes dimensões: à dimensão representada pelas divisões em classe, típicas da modernidade liberal, o problema racial constitui um objeto de análise e de resolução do qual depende o próprio futuro do país como uma sociedade moderna.

A RELEVÂNCIA E A VIABILIDADE

A justificativa para este projeto se encontra na intercessão entre a ampliação da cidadania e a necessidade de atendimento a segmentos específicos da população brasileira; no histórico de implementação de uma legislação de combate ao preconceito e ao racismo, bem como as preocupações e o discurso dos sujeitos que se envolveram, apoiando e criticando a elaboração e implantação desta legislação. A relação entre as políticas sociais, o discurso e a História se apresenta como o pano de fundo buscando estabelecer nexos entre as preocupações inerentes às ações políticas concretas e o contexto observado em cada período temporal.

Da mesma forma, essa viabilidade se reforça pelo momento singular da história brasileira: nunca houve tantos negros e negras nos bancos escolares. Embora esse ainda seja um assunto social delicado, as pesquisas já realizadas concluem que essa nova realidade é fruto das cotas raciais para ingresso na universidade que, além de trazerem para a pauta da discussão a questão do preconceito racial brasileiro, a despeito do que os posicionamentos contrários apontavam, não significou diminuição da qualidade de ensino e provocou, também, a discussão sobre a necessidade de quebrar o gelo da imobilidade racial/social. O debate acerca das cotas se expandiu em direção a questões de direitos civis jamais questionados até então, provocando reações e debates: somos ou não somos racistas, eis a grande questão.

Gradativamente, muitas universidades lançaram mão em seus editais do dispositivo das cotas raciais, acirrando mais e mais a discussão e problematizando-a ao ponto de muitos se perguntarem, na mídia: “Quem é e quem não é negro no Brasil”? Ou, então, lançarem afirmações do tipo: “Não somos racistas!”.

Em 2003, com a assinatura da Lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), submetendo-a às reflexões de cunho raciais e racialistas, com impacto particular na educação fundamental, em que estudam dezenas de milhões de crianças e jovens. Onde estão os negros, os afro-brasileiros, os povos africanos, sua história e sua cultura na lei maior da Educação do país? Tornar obrigatório o estudo que se afasta da matriz eurocêntrica e europeizante causou polêmica e estranhamento a muitos, que se resignaram a ver nesta o núcleo fundamental da história e da cultura nacionais. Conflito ampliado em 2004,

com o lançamento das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” que alargam o foco, informando que a temática posta pela Lei 10.639/03 deve ser abarcada por todo o currículo oficial brasileiro, devendo se estender a todas as graduações e licenciaturas.

Por sua vez, a viabilidade reside na existência de grande quantidade de fontes disponíveis, documentadas e catalogadas em Instituições sediadas no Rio de Janeiro, como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). De forma concomitante, vários sites governamentais tornam disponível aos pesquisadores material de grande relevância: num arrolamento inicial, podem ser citadas as Páginas do Ministério da Justiça (<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA21B014BPTBRNN.htm>), da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (www.seppir.gov.br) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (www.ipea.gov.br).

Ainda em relação às fontes de pesquisa, lançaremos mão também da chamada “nova mídia” e de grandes mídias com o objetivo de refletirmos sobre as questões étnico-raciais que perpassam nossa sociedade. Como fonte de primária de pesquisa, utilizaremos dois portais virtuais que tratam exclusivamente de problemas ligados ao racismo e à discriminação racial, a saber, o Portal Áfricas (<http://www.revistaafricas.com.br/portal/index.html> - acessado em 22/12/2011) que, como se apresenta “... é um portal, um instrumento de conscientização, formação e informação para a comunidade negra e a sociedade mais sensível aos problemas advindos do racismo no Brasil e no mundo”, e o Correio Nagô (<http://correionago.ning.com/page/o-correio-nago> - acessado em 22/12/2011: “Idealizado a partir da mobilização de jovens comunicadores negros do Instituto Mídia Étnica, comprometidos em combater a discriminação e exclusão sócio-racial que ainda persiste em nosso país, o Correio Nagô propõe uma intensa participação colaborativa dos seus leitores, além de estabelecer uma rede de informação oriunda de diversas partes da Bahia, do Brasil e do mundo”. Para servir como contraponto a essas duas mídias virtuais, por sua penetração social, foram escolhidos dois grandes veículos da imprensa nacional: os jornais A Folha de São Paulo e O Globo, em formato impresso. Utilizando-se dos artigos publicados nessas mídias, abordaremos, entre outros assuntos ligados às relações étnico-raciais, a questão das cotas nas universidades públicas e o Estatuto da Igualdade Racial, procurando verificar a posição dos intelectuais envolvidos nesse debate, sua visão de mundo e os argumentos utilizados para obterem um consenso ativo, na sociedade civil e na sociedade política, com relação às propostas por eles defendidas. Dessa forma, analisaremos tais fontes não como simples escritos desprovidos de interesses mas como fruto da ação de sujeitos políticos que buscam dar uma determinada direção moral e intelectual sobre os rumos das políticas públicas no nosso país.

Articulando tais objetivos, a pesquisa Estado, Política e Questões Étnico-raciais no Brasil Contemporâneo: o posicionamento dos intelectuais centrará o posicionamento adotado, diante da sociedade, pelos intelectuais mobilizados pelas questões étnico-raciais, seja como formuladores de um discurso legitimador das reivindicações dos movimentos sociais e/ou contidas na legislação, seja como críticos desses movimentos e dessa legislação.

Fontes de pesquisa iniciais

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Instrumentos normativos federais relativos ao preconceito e às desigualdades raciais (1950 a 2003). Disponível em: www.ipea.gov.br/igualdaderacial.
Portal Áfricas. www.revistaafricas.com.br/portal/index.html
Correio Nagô. <http://correionago.ning.com/page/o-correio-nago>

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira A. et al. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. 5 vol., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- BAKHTIN, M (VOLOCHÍNOV, V. N.). Marxismo e filosofia da linguagem. 9ª edição. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso. In.: BRAIT, Beth (org). Bakhtin: dialogismo e construção do sentido. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005.
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1992, vol. I e II.
- BOMENY, Helena. Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2001.
- BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Instrumentos normativos federais relativos ao preconceito e às desigualdades raciais (1950 a 2003). Disponível em: www.ipea.gov.br/igualdaderacial.
- CAMPOS, Andreilino. Do Quilombo à Favela: A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARNEIRO, Marísia Teixeira e SOARES, Tereza Maria Zavarese. Representação social em testes de mídia In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida L. et GAVAZZI, Sigrid (org.). Texto e discurso: Mídia, literatura e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In.: MARI, Hugo et alii. Fundamentos e dimensões da análise do discurso. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 1999
- . Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2006a.
- . Discurso político. São Paulo: Contexto, 2006b.
- . Para uma nova análise do discurso In.: CARNEIRO, Agostinho Dias (org.). O discurso da mídia. RJ: Oficina do autor, 1996.
- . Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In.: Da Língua ao Discurso – reflexões para o ensino. RJ: Editora Lucerna, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrcik & MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. SP: Contexto, 2004
- COSER, Lewis A. Intelectuais. In: OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 386-387.
- COUTINHO, Carlos N. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. 2ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- EAGLETON, Terry. Ideologia: uma introdução. São Paulo: Editora da UNESP : Boitempo, 1997.
- FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília, DF: Editora UnB, 2001.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”, vol. 1. 5ª ed., São Paulo: Globo, 2008A.
- _____. A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era, vol. 2. 5ª ed., São Paulo: Globo, 2008B.
- _____. Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.
- FONTANA, Josep. História: análise do passado e projeto social. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 7ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. BH: UFMG, 2003.

HOLANDA, Sérgio B. Raízes do Brasil. 18ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

IANNI, Octavio. Pensamento social no Brasil. Bauru: EDUSC, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R. & SALGADO, L. (orgs). Ethos Discursivo. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Novas tendências em análise do discurso. Tradução de Freda Indursky. 3ª edição. Campinas, São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. Termos-chave da análise do discurso. Tradução de Márcio Venício Barbosa e Mª Amélia A. T. Lima. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

MARTINS, Ieda Maria. A cena em sombras. São Paulo: Perspectivas, 1995.

MENDONÇA, Sonia R. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1985.

MOORE Jr., Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOTA, Lourenço D. (org.) Introdução ao Brasil: um banquete no trópico. 2ª ed., São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PAIXÃO, Marcelo & CARVANO, Luiz M. Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2007-2008. RJ: Garamond, 2008.

NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário. São Paulo: Papyrus, 2005.

OLIVEIRA, Iolanda. Raça, currículo e práxis pedagógica. In: OLIVERIA, Iolanda & SISS, Ahyas (orgs.). Cadernos Penesb 7 – População negra e educação escolar. Niterói, RJ: Quartet/EdUFF, 2006.

PATARRA, Neide L. Dinâmica populacional e urbanização do Brasil: o período pós-30. In: FAUSTO, Boris (Dir.). História geral da civilização brasileira. Tomo III: o Brasil republicano. 4º Vol. Economia e cultura (1930-1964). 2ª ed., São Paulo: Difel, 1986, p. 381-416.

PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

RAMOS, Fernão Pessoa. Mas afinal... o que é mesmo documentário? São Paulo: Editora Senac SP, 2008.

RAMOS, Sílvia (org.). Mídia e racismo. RJ: Pallas, 2002.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. A invenção do "ser negro": um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. SP: Educ/Fapesp; RJ: Pallas, 2005.

TURRA, Cleusa & VENTURI, Gustavo (org.). Racismo cordial – A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Ática, 1998.

VIANNA, Luiz W. A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

XAVIER, Ismail. O discurso cinematográfico. A opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e Terra, 2008.